



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 12 de junho de 2025

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,51% São Paulo	136.102	R\$ 5,537 (- 0,59%)	R\$ 1.518	R\$ 6,359	14,65%	14,79%	Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26
0% Nova York	137.128	Últimos					
	6/6 9/6 10/6 11/6	5/6 junho 5,585 6/6 junho 5,569 9/6 junho 5,562 10/6 junho 5,570					

## CONTAS PÚBLICAS

# Governo publica MP alternativa ao IOF

Medidas visam aumentar arrecadação com alta de impostos, mas o ministro da Fazenda disse que elas apenas corrigem distorções

» LUANA PATRIOLINO

Andressa Anholite/Agência Senad



Em entrevista coletiva, as lideranças do União Brasil e Progressistas, que são da base, se posicionam contra a proposta alternativa ao aumento do IOF

O governo federal publicou, na noite de ontem, a Medida Provisória 1303/2025 e o decreto Nº 12.499/2025, que trazem as alternativas para compensar a perda de arrecadação, após recuo do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), publicado no mês passado, para cobrir o rombo nas contas da União. As propostas foram formalizadas após reunião realizada entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e líderes partidários, no domingo.

O decreto prevê aumento de taxa de juros, além da cobrança do Imposto de Renda sobre a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI), e a alta de tributo do Juros sobre Capital Próprio (JCP). Segundo o governo, o objetivo é reforçar a estratégia da equipe econômica para recompor a arrecadação. O texto detalha as mudanças propostas em tributos como o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

Entre os destaques, está a proposta de unificação da alíquota do Imposto de Renda sobre investimentos em 17,5%, com exceção dos títulos incentivados, como LCI e LCA, que atualmente são isentos e passarão a ser taxados em 5%. A medida beneficia aplicações de prazo mais curto, que hoje são mais tributadas, mas eleva a carga para investimentos mantidos por mais de dois anos: a alíquota atual é de 15%.

Outras mudanças estabelecidas pela MP dizem respeito à CSLL e aos Juros sobre Capital Próprio (JCP). A CSLL sobre o setor financeiro, que hoje possui alíquotas de 9%, 15% e 20%,

terá apenas as duas maiores, com a eliminação da taxa de 9%. Esse item incide sobre instituições de pagamento, operadoras de balcão e bolsa, entre outras entidades.

O novo modelo também reduz o imposto sobre empresas e seguros do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e amplia a tributação sobre apostas esportivas, que teve aumento de alíquota de 12% para 18%, e tributação de criptoativos, com regulamentação específica.

### Críticas

As propostas apresentadas pelo governo para engordar o caixa vêm enfrentando resistência por todos os lados. Tanto no Parlamento quanto nos setores empresariais a equipe econômica é pressionada a cortar gastos, em lugar de elevar impostos.

No mês passado, o Executivo havia elevado o IOF com o objetivo de injetar R\$ 60 bilhões nas contas públicas até 2026. No entanto, com a pressão do

mercado financeiro, o Congresso Nacional ameaçou derrubar o decreto, e a equipe econômica decidiu editar a MP com novas medidas e um novo decreto para "recalibrar" o IOF, conforme definiu Haddad.

### Resistências

Até bancadas da base do governo estão refratárias à proposta do governo. Ontem, antes mesmo da publicação das medidas no DOU, os líderes do Partido

Progressista (PP) e União Brasil criticaram as alternativas propostas pelo governo federal ao aumento do IOF. Juntas, as bancadas possuem quatro ministros na Esplanada.

As siglas rejeitaram as medidas sugeridas que envolvem o aumento de tributos. Em entrevista coletiva na Câmara dos Deputados com os presidentes do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e do União, Antonio Rueda, anunciaram que vão se reunir para fechar questão contra a proposta do Executivo.

### Confira os principais pontos do novo pacote

#### Recalibragem do IOF

- » A alíquota fixa sobre crédito para empresas cai de 0,95% para 0,38%.
- » Limite de incidência sobre VGBL sai de R\$ 50 mil/mês para R\$ 600 mil/ano;
- » Cobrança de IOF (0,38%) sobre aquisição primária de cotas de FIDCs;
- » Isenção de IOF no retorno de investimento estrangeiro direto.

#### Compensações para manter a arrecadação

- » Tributação de 5% no IR sobre LCIs e LCAs (hoje isentas);
- » Tributação uniforme de 17,5% no IR para demais aplicações (atualmente varia de 22,5% a 15%);
- » Aumento da tributação sobre apostas esportivas de 12% para 18% sobre a receita líquida (GGR);
- » Tributação de 17,5% no IR dos criptoativos;
- » CSLL de fintechs passa a ser 15% e, de bancos, 20%;
- » Revisão das regras de compensação de créditos tributários, para evitar abusos;
- » Correção de distorções no mercado de títulos e valores mobiliários;
- » Meta de redução de gasto tributário em pelo menos 10%.

## Haddad rebate críticas a medidas

» RAFAELA GONÇALVES  
» ISRAEL MEDEIROS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender, ontem, perante deputados, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, as propostas de alterações a serem feitas na tributação sobre a renda, como a que isenta do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil e a que tributa quem ganha mais. Entre as medidas defendidas por Haddad na audiência pública estão a MP e o decreto publicados mais tarde, ao fim da noite.

Segundo o chefe da Fazenda, as medidas visam "corrigir distorções no sistema" e não representem um aumento da carga tributária. "Eu sei que, de domingo para cá, muita gente veio para Brasília, para conversar comigo, para conversar com vocês (deputados), para falar de quão injusto é pagar Imposto de Renda", disse, em referência à reunião que ele teve com lideranças partidárias, na casa do presidente da Câmara Hugo Motta (Republicano-PB), no último domingo, para tratar de medidas fiscais.

"Nós não estamos falando de quem paga Imposto de Renda. Nós estamos falando de quem não paga nem 10% de alíquota efetiva, e essa pessoa ganha mais de 1 milhão de reais de renda por ano. A alíquota efetiva média de quem ganha mais de 1 milhão de reais por ano é 2,5%. Existe alguma coisa errada com o Brasil", disse, comparando essa situação à dos assalariados, que pagam 27,5% do IR, recolhendo direto na folha.

Desde que as medidas foram anunciadas, o ministro tem recebido reclamações tanto do setor produtivo quanto do mercado financeiro. Entidades relacionadas aos setores afetados pelo aumento de impostos afirmam que as medidas da Fazenda podem encarecer os preços da casa própria e dos alimentos no país.

Segundo disse o ministro, ontem, a renúncia fiscal com esses papéis chega a R\$ 41 bilhões, valor superior ao orçamento anual do seguro-desemprego e três vezes maior que o do programa Farmácia Popular. Ele afirmou, ainda, que a maior parte dos benefícios desses papéis não chega ao

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



produtor final. "Não tem sentido dizer que o governo quer prejudicar a construção civil."

### Reforma estruturante

Indagado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), um dos autores do requerimento que levou Haddad à Comissão, sobre a necessidade de encaminhar propostas que contemplem corte de gastos, Haddad afirmou que o governo está aberto a discutir, caso o Congresso inclua no debate temas como o fim dos supersalários e aposentadoria dos militares. "Eu faço a defesa de que o

orçamento equilibrado tem que ser uma perseguição e uma convicção e de que é importante o superavit para estabilizar, ou pelo menos diminuir a velocidade por um tempo do crescimento da dívida e sustentar esse menu enorme de escolhas de políticas sociais que atendem às pessoas que mais precisam", defendeu o deputado Pedro Paulo, após pacto entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, para que a gente possa se sentar à mesa de forma verdadeira e franca".

Em sua resposta, Haddad disse que está disposto a um acord. "O

presidente Hugo Motta nos convidou para abrir uma negociação com os líderes sobre o tema despesa primária. Então, nós temos um encontro marcado, só falta fixar a hora e o local, mas temos o compromisso de nos reunirmos para — olho no olho — discutir os seguintes pontos: o que está na mesa? O que nós vamos, de fato, discutir? Nós vamos enfrentar a questão do supersalário ou não? Nós vamos enfrentar a questão da aposentadoria de militares ou não? Nós vamos pôr ordem nos cadastros dos programas sociais ou não? O que está na mesa?"

**Audiência Pública – Ministro da Fazenda presta esclarecimentos sobre temas diversos. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.**

### Bate-boca

A ida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, à Câmara dos Deputados terminou em bate-boca depois que deputados do PL criticaram o governo e se retiraram do Plenário sem ouvir as respostas do ministro. Haddad classificou a atitude como "molecagem" e eles retornaram para retrucar.

O ministro havia dito que os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Carlos Jordy (PL-RJ) fizeram "molecagem" ao elaborar perguntas na sessão e depois deixar o plenário sem ouvir as respostas. "Agora aparecem aí dois deputados, fazem as perguntas e fogem dos debates. É um pouco de molecagem, isso não é bom para a democracia", disse. Jordy devolveu a ofensa: "Quero dizer, ministro, que o moleque é você", declarou. Nikolas, que já tinha usado a palavra, pediu uma questão de ordem para pedir a retirada das falas de Haddad das notas taquigráficas.

A audiência foi suspensa sem que os demais parlamentares inscritos perguntassem.